

Vol. 1, No. 3 (junho 2026)

REVISTA ATHENA LATINHO-AMERICANA

A IMIGRAÇÃO EDUCACIONAL HAITIANA NO BRASIL E OS DESAFIOS

Haitian Educational Immigration to Brazil and the Challenges

Adyl Gaby¹

Revista Athena Latino-Americana

DOI: 10.69720/3086-5182.2026.000009

ISSN: [3086-5182](https://doi.org/10.69720/3086-5182)

¹É Neuropsicopedagogo, inscrito ante a Sociedade Brasileira de Neuropsicopedagogia com o número SBNPP-15026; Especializado em Análise Comportamental Aplicada –ABA; Especialista em ABA para o Transtorno de Espectro de Autistas TEA; Imortal da Academia Rondonopolitana de Letras com a cadeira número 13, sendo a primeira pessoa negra em ocupar esta posição na Academia Rondonopolitana de letras-ARL; jornalista, formado pelo Instituto Dominicano de Periodista (IDP), da América central; professor concursado da prefeitura municipal de Rondonópolis, atuando nas salas de recursos com atendimento aos educandos com especificidades; professor de História, com formação pedagógica pela faculdade Fabras em parceria técnica científica com a faculdade Ideal de Brasília; com formação pedagógica em Geografia pelo Instituto Mineiro de Formação Continuada (ZAYN); com formação pedagógica em Artes Visuais pelo Centro Universitário Cidade Verde –Unicv; formado em Superior de Tecnologia de Marketing pela Universidade Norte de Paraná (UNOPAR); Pós-graduado em Docência no Ensino Superior pela faculdade Intervale; Pós-graduado em Inspeção, Supervisão e Orientação Escolar, pela faculdade Intervale; Pós-graduado em Atendimento Educacional Especializado e os Transtornos do Desenvolvimento Infantil pela universidade Intervale; Pós-graduado Ciências Políticas e Gestão Públicas; Pós-graduado em história; Pós-graduado em Comunicação em Crises Internacional; Pós-graduado em Negócios Internacionais; Pós-graduado em Direito Penais; Doutorando pelo Programa de Pós- Graduação em Educação do Centro Internacional de Pesquisa Integralize, Área: políticas públicas de educação para imigrantes: Formação de Professores e Prática Pedagógica; poliglota, intérprete profissional e defensor das causas dos mais necessitados e escritor de vários livros e dezenas de artigos e capítulos de livros sobre a área migratória/educação.

Lates: <http://lattes.cnpq.br/0951462672031754>

E-mail: Gabyadly@hotmail.com



• REVISTA •



ATHENA LATINO-AMERICANA

Vol. 1, No. 3 (JUNHO 2026)

A IMIGRAÇÃO EDUCACIONAL HAITIANA NO BRASIL E OS DESAFIOS

Adyl Gaby



PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE

ISSN
International Standard Serial Number
3086-5182
www.athena-latino-americana.com

Editora e Revista
Athena Latino-Americana
CPF: 639.619.621-20
Naviraí – Mato Grosso do Sul
Rua: Botocudos, 365 – Centro
CEP: 79950-000

RESUMO

A imigração haitiana para o Brasil intensificou-se após o terremoto ocorrido no Haiti em 2010, configurando-se como um importante fenômeno social, econômico e educacional. Nesse contexto, muitos haitianos passaram a buscar no Brasil melhores oportunidades de trabalho, qualificação profissional e acesso à educação. O presente artigo tem como objetivo analisar a imigração educacional haitiana no Brasil, destacando os principais desafios enfrentados pelos estudantes no processo de inserção no sistema educacional brasileiro. Para isso, foram abordados aspectos relacionados ao contexto histórico da migração haitiana, ao direito à educação garantido pela legislação brasileira, à inserção dos estudantes haitianos nas instituições de ensino e às dificuldades enfrentadas no percurso educacional, como barreiras linguísticas, adaptação cultural, preconceito e vulnerabilidade socioeconômica. Também foram discutidas estratégias voltadas para a inclusão educacional, incluindo políticas de acolhimento, ensino de português como língua de acolhimento, formação intercultural de professores e valorização da diversidade cultural. Os resultados evidenciam que a educação desempenha papel fundamental na inclusão social e econômica dos imigrantes haitianos, embora ainda existam desafios que exigem ações articuladas entre Estado, instituições educacionais e sociedade civil. Conclui-se que o fortalecimento de políticas públicas inclusivas é essencial para garantir o acesso, a permanência e o sucesso acadêmico dessa população, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e multicultural.

Palavras-chave: Imigração haitiana. Educação. Inclusão educacional. Direitos humanos. Diversidade cultural.

ABSTRACT

Haitian immigration to Brazil intensified after the 2010 earthquake in Haiti, becoming an important social, economic, and educational phenomenon. In this context, many Haitians sought better employment opportunities, professional qualification, and access to education in Brazil. This article aims to analyze Haitian educational immigration in Brazil, highlighting the main challenges faced by students during their integration into the Brazilian educational system. The study addresses the historical context of Haitian migration, the right to education guaranteed by Brazilian legislation, the integration of Haitian students into educational institutions, and the difficulties encountered throughout their educational journey, such as language barriers, cultural adaptation, prejudice, and socioeconomic vulnerability. Strategies aimed at educational inclusion were also discussed, including welcoming policies, Portuguese as a host language, intercultural teacher training, and the appreciation of cultural diversity. The results show that education plays a fundamental role in the social and economic inclusion of Haitian immigrants, although challenges remain and require coordinated actions among the State, educational institutions, and civil society. It is concluded that strengthening inclusive public policies is essential to ensure access, permanence, and academic success for this population, contributing to the construction of a fairer, more democratic, and multicultural society.

Keywords: *Haitian immigration. Education. Educational inclusion. Human rights. Cultural diversity.*

1. INTRODUÇÃO

Os fluxos migratórios internacionais têm se intensificado nas últimas décadas em decorrência de fatores econômicos, políticos, ambientais e sociais. Nesse cenário, a imigração haitiana para o Brasil ganhou destaque especialmente após o terremoto que atingiu o Haiti em janeiro de 2010, considerado um dos maiores desastres naturais da história do país. A tragédia agravou problemas estruturais já existentes, como pobreza, desemprego, instabilidade política e fragilidade institucional, levando milhares de haitianos a buscarem melhores condições de vida em outros países, entre eles o Brasil.

A chegada dos haitianos ao território brasileiro ocorreu em um contexto de

crescimento econômico nacional e de fortalecimento das relações diplomáticas entre os dois países, sobretudo devido à participação brasileira na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH). Além da busca por oportunidades de trabalho, muitos imigrantes passaram a enxergar a educação como um instrumento fundamental para sua inserção social, econômica e profissional. Dessa forma, o acesso às instituições educacionais brasileiras tornou-se um elemento importante no processo de integração dessa população.

Embora a legislação brasileira assegure o direito à educação para todas as pessoas, independentemente de sua nacionalidade ou condição migratória, os estudantes haitianos ainda enfrentam inúmeros desafios relacionados

à adaptação cultural, às barreiras linguísticas, ao preconceito e às dificuldades socioeconômicas. Tais obstáculos podem comprometer tanto o desempenho acadêmico quanto a permanência desses estudantes nas instituições de ensino, evidenciando a necessidade de políticas públicas e práticas educacionais mais inclusivas.

Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar a imigração educacional haitiana no Brasil e os principais desafios enfrentados pelos estudantes haitianos no sistema educacional brasileiro. Busca-se compreender os fatores que influenciam sua inserção educacional, bem como identificar estratégias que possam contribuir para a promoção de uma educação mais inclusiva, equitativa e comprometida com os direitos humanos e a valorização da diversidade cultural.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Contexto histórico da imigração haitiana para o Brasil

O Haiti possui uma trajetória histórica marcada por lutas pela liberdade e por desafios políticos e econômicos persistentes. Localizado no Caribe, o país tornou-se a primeira nação negra independente do mundo após a Revolução Haitiana, em 1804, um marco importante na história da resistência à escravidão. Apesar desse feito histórico, o Haiti enfrentou ao longo dos séculos sucessivas crises políticas, intervenções estrangeiras, instabilidade governamental e dificuldades econômicas que contribuíram para o agravamento das desigualdades sociais. Esses fatores influenciaram diretamente as condições de vida da população haitiana, levando muitos cidadãos a buscarem melhores oportunidades em outros países (Seitenfus, 2014; Fernandes; Castro, 2014).

A situação do Haiti tornou-se ainda mais crítica após o terremoto ocorrido em 12 de janeiro de 2010. Considerado um dos maiores desastres naturais da história recente do país, o terremoto atingiu a região próxima à capital, Porto Príncipe, causando a morte de centenas de milhares de pessoas e deixando milhões de desabrigados. Além das perdas humanas, houve a destruição de escolas, hospitais, prédios públicos e da infraestrutura básica, comprometendo significativamente a capacidade do país de oferecer serviços essenciais à população. Os impactos econômicos também foram severos, agravando os índices de pobreza, desemprego e vulnerabilidade social já existentes, o que impulsionou o aumento dos fluxos migratórios

internacionais (Organização Internacional para as Migrações, 2014; Baeninger; Peres, 2017).

Nesse contexto de instabilidade social e econômica, o Brasil passou a ser visto por muitos haitianos como uma alternativa viável para reconstrução de suas vidas. Entre os fatores que motivaram a migração destacam-se a busca por melhores condições de trabalho, oportunidades educacionais, estabilidade econômica e segurança para suas famílias. Além disso, a presença do Brasil na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) contribuiu para fortalecer a imagem positiva do país entre os haitianos. O crescimento econômico brasileiro observado entre os anos de 2010 e 2014 também favoreceu a atração de trabalhadores estrangeiros, especialmente para setores que demandavam mão de obra, como construção civil, indústria e serviços (Cotinguiba; Pimentel, 2019; Fernandes; Castro, 2014).

Os fluxos migratórios haitianos para o Brasil intensificaram-se principalmente a partir de 2010, ocorrendo inicialmente por rotas terrestres que atravessavam países como Equador e Peru até a entrada no território brasileiro pela região Norte. Os estados do Acre e do Amazonas tornaram-se importantes portas de entrada para esses imigrantes. Posteriormente, muitos haitianos deslocaram-se para outras regiões do país em busca de emprego e melhores condições de vida. Os estados da Região Sul, especialmente Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além de São Paulo, destacaram-se como principais destinos devido à oferta de trabalho e à presença de redes de apoio formadas por outros imigrantes. Esse processo contribuiu para a formação de comunidades haitianas em diferentes cidades brasileiras, fortalecendo os vínculos sociais e facilitando a integração dos recém-chegados (Baeninger; Peres, 2017; Cavalcanti; Oliveira; Macedo, 2021).

Além dos aspectos econômicos, a migração haitiana para o Brasil também apresenta uma dimensão social e educacional significativa. Muitos imigrantes passaram a buscar não apenas oportunidades de trabalho, mas também acesso à educação e à qualificação profissional como estratégias para melhorar suas condições de vida e ampliar suas perspectivas de inserção social. Dessa forma, a imigração haitiana tornou-se um fenômeno relevante para a compreensão dos desafios contemporâneos relacionados à inclusão, à diversidade cultural e ao acesso aos direitos fundamentais no contexto brasileiro (Silva, 2017; Baeninger; Peres, 2017).

2.2 O direito à educação para imigrantes no Brasil

A educação é reconhecida no Brasil como um direito fundamental e um instrumento essencial para a promoção da cidadania, da inclusão social e da redução das desigualdades. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu avanços significativos ao assegurar que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Esse princípio possui caráter universal, o que significa que o acesso à educação não está condicionado à nacionalidade ou à situação migratória do indivíduo. Dessa forma, imigrantes, refugiados e apátridas possuem o mesmo direito de acesso aos serviços educacionais oferecidos pelo Estado brasileiro, fortalecendo os princípios de igualdade e dignidade da pessoa humana previstos na legislação constitucional (Brasil, 1988; Cury, 2002).

A garantia do direito à educação para a população imigrante foi fortalecida com a promulgação da Lei nº 13.445, de 2017, conhecida como Lei de Migração. Essa legislação substituiu o antigo Estatuto do Estrangeiro e passou a adotar uma abordagem fundamentada nos direitos humanos, reconhecendo os migrantes como sujeitos de direitos. Entre seus princípios, destaca-se a promoção da igualdade de tratamento e de oportunidades entre brasileiros e estrangeiros, assegurando acesso aos serviços públicos, inclusive à educação, independentemente da condição documental do migrante. A nova legislação representa um importante avanço no reconhecimento da diversidade cultural e na construção de políticas voltadas para a inclusão social dos imigrantes no país (Brasil, 2017; Jubilit; Apolinário, 2018).

Os direitos educacionais garantidos aos imigrantes abrangem diferentes níveis e modalidades de ensino, desde a educação básica até o ensino superior. Na prática, crianças, adolescentes e adultos migrantes têm direito à matrícula em instituições públicas de ensino mesmo quando enfrentam dificuldades relacionadas à documentação escolar de origem. Além disso, diversas normativas do Ministério da Educação orientam as instituições a adotarem medidas que favoreçam a inclusão e a permanência desses estudantes, considerando suas especificidades linguísticas, culturais e sociais. O acesso à educação representa não apenas uma oportunidade de aprendizagem, mas também um mecanismo de integração social,

permitindo que os imigrantes desenvolvam competências necessárias para sua participação ativa na sociedade brasileira (Milesi; Andrade, 2018; Silva, 2017).

Entretanto, garantir o acesso formal à educação não significa necessariamente assegurar a inclusão efetiva. Muitos estudantes imigrantes enfrentam obstáculos relacionados ao idioma, à adaptação cultural, ao preconceito e às dificuldades socioeconômicas. Nesse sentido, políticas públicas específicas tornam-se fundamentais para promover condições adequadas de acolhimento e aprendizagem. Nos últimos anos, algumas redes de ensino e universidades brasileiras passaram a desenvolver programas voltados para o ensino de português como língua de acolhimento, ações de apoio psicossocial e iniciativas de valorização da diversidade cultural. Essas estratégias contribuem para reduzir barreiras e favorecer a construção de ambientes educacionais mais inclusivos e democráticos (Oliveira; Silva, 2020; Baeninger; Peres, 2017).

As políticas públicas voltadas para a inclusão educacional dos imigrantes também dialogam com compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, especialmente aqueles relacionados à promoção dos direitos humanos e ao acesso universal à educação. Organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), defendem a necessidade de garantir sistemas educacionais capazes de acolher populações migrantes em condições de igualdade. Nesse contexto, a escola assume um papel estratégico na promoção da convivência intercultural, no combate à discriminação e na construção de uma sociedade mais justa e plural, onde as diferenças sejam reconhecidas como elementos enriquecedores do processo educativo (Unesco, 2019; Jubilit; Apolinário, 2018).

2.3 A inserção dos estudantes haitianos no sistema educacional brasileiro

A inserção dos estudantes haitianos no sistema educacional brasileiro representa um importante passo para a efetivação dos direitos humanos e para a construção de uma sociedade mais inclusiva. Com o aumento da imigração haitiana a partir de 2010, escolas e universidades brasileiras passaram a receber um número crescente de estudantes provenientes desse país. Embora a legislação brasileira assegure o acesso à educação independentemente da nacionalidade, a

integração desses alunos envolve desafios que vão além da matrícula, incluindo aspectos linguísticos, culturais e socioeconômicos. Nesse contexto, a educação assume um papel fundamental na promoção da cidadania e na ampliação das oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional dos imigrantes (Silva, 2017; Milesi; Andrade, 2018).

O acesso à educação básica constitui uma das principais portas de entrada para a integração das famílias haitianas no Brasil. Crianças e adolescentes têm o direito de ingressar na rede pública de ensino mesmo quando não possuem toda a documentação escolar exigida, garantindo a continuidade de sua formação acadêmica. Entretanto, a adaptação ao ambiente escolar brasileiro nem sempre ocorre de forma simples, especialmente em razão das diferenças linguísticas e culturais. Muitos estudantes haitianos chegam ao país tendo como língua materna o crioulo haitiano ou o francês, o que pode dificultar a comunicação e o processo de aprendizagem nos primeiros anos de escolarização. Apesar dessas dificuldades, a escola torna-se um espaço privilegiado para o desenvolvimento de vínculos sociais e para a construção de uma identidade intercultural (Brasil, 2017; Oliveira; Silva, 2020).

No ensino superior, a presença de estudantes haitianos também tem se tornado mais significativa nas últimas décadas. Muitos imigrantes buscam a universidade como forma de ampliar suas oportunidades profissionais e melhorar suas condições de vida. Algumas instituições de ensino superior passaram a adotar políticas de acesso específicas, programas de bolsas e ações de apoio acadêmico destinadas a estudantes migrantes e refugiados. Essas iniciativas contribuem para reduzir desigualdades e favorecer a permanência dos alunos, permitindo que eles desenvolvam competências acadêmicas e profissionais essenciais para sua inserção no mercado de trabalho brasileiro (Jubilut; Apolinário, 2018; Silva, 2017).

Para além do acesso às instituições de ensino, os programas de acolhimento e integração desempenham um papel fundamental na trajetória educacional dos estudantes haitianos. Diversas escolas, universidades e organizações da sociedade civil têm desenvolvido ações voltadas para o ensino da língua portuguesa, orientação acadêmica, acompanhamento psicossocial e promoção da interculturalidade. Essas iniciativas buscam facilitar a adaptação dos estudantes ao novo

contexto social e educacional, além de contribuir para a redução de situações de isolamento e exclusão. Quando adequadamente implementados, os programas de acolhimento fortalecem o sentimento de pertencimento e favorecem o sucesso acadêmico dos estudantes migrantes (Milesi; Andrade, 2018; Unesco, 2019).

A participação dos haitianos nas instituições de ensino brasileiras vai além da condição de alunos e representa uma importante contribuição para a diversidade cultural presente nos espaços educacionais. A convivência entre estudantes de diferentes origens possibilita a troca de experiências, saberes e perspectivas, enriquecendo o processo de ensino-aprendizagem. Além disso, a presença de estudantes haitianos contribui para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas e para a valorização da pluralidade cultural, aspectos fundamentais em uma sociedade marcada pela diversidade étnica e social (Baeninger; Peres, 2017; Oliveira; Silva, 2020).

A educação desempenha ainda um papel estratégico na inclusão social e econômica dos imigrantes haitianos. Por meio da qualificação profissional e da ampliação do capital cultural, os estudantes aumentam suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho e de participação ativa na vida social. Além disso, a escolarização favorece o acesso a melhores condições de emprego, renda e mobilidade social, contribuindo para a redução das vulnerabilidades frequentemente associadas aos processos migratórios. Dessa forma, investir na inclusão educacional dos haitianos significa não apenas garantir um direito fundamental, mas também promover o desenvolvimento humano e fortalecer a integração social dessa população no contexto brasileiro (Cavalcanti; Oliveira; Macedo, 2021; Silva, 2017).

2.4 Principais desafios enfrentados pelos estudantes haitianos

A inserção dos estudantes haitianos no sistema educacional brasileiro representa uma oportunidade importante para a promoção da inclusão social, mas também revela diversos desafios que podem comprometer seu processo de aprendizagem e permanência escolar. Embora o Brasil possua uma legislação que assegure o acesso à educação para todos, independentemente da nacionalidade, a realidade vivenciada por muitos imigrantes haitianos é marcada por dificuldades relacionadas à adaptação cultural, às condições

socioeconômicas e às barreiras institucionais. Essas dificuldades afetam não apenas o desempenho acadêmico, mas também o bem-estar emocional e o sentimento de pertencimento desses estudantes nos espaços educacionais (Magalhães; Schilling, 2012; Handerson, 2015).

Um dos principais desafios enfrentados pelos estudantes haitianos está relacionado à barreira linguística. Grande parte dos imigrantes tem como línguas maternas o crioulo haitiano e o francês, encontrando dificuldades na compreensão e no uso da língua portuguesa, especialmente nos primeiros anos após a chegada ao Brasil. Essa limitação interfere diretamente na participação em sala de aula, na realização das atividades acadêmicas e na construção de vínculos sociais com colegas e professores. A dificuldade de comunicação pode gerar sentimentos de insegurança, isolamento e desmotivação, tornando o processo de integração mais complexo. Nesse sentido, o domínio da língua portuguesa constitui um fator fundamental para o sucesso educacional e para a inclusão social dos estudantes haitianos (Amado, 2013; Grosso, 2010).

Outro desafio significativo refere-se às diferenças culturais e ao processo de adaptação ao ambiente educacional brasileiro. Os estudantes haitianos chegam ao país trazendo consigo valores, costumes, práticas religiosas e formas de sociabilidade construídas em seu contexto de origem. Ao ingressarem nas instituições de ensino brasileiras, frequentemente precisam lidar com novos padrões culturais, metodologias pedagógicas e formas de interação social. Esse processo de adaptação pode gerar conflitos identitários e dificuldades de pertencimento, especialmente quando não há ações institucionais voltadas para a valorização da diversidade cultural. A ausência de práticas interculturais nas escolas e universidades pode contribuir para a invisibilização das experiências migratórias e para o enfraquecimento dos vínculos dos estudantes com a comunidade escolar (Candau, 2016; Walsh, 2009).

O preconceito, a discriminação racial e a xenofobia também figuram entre os obstáculos enfrentados pelos estudantes haitianos no Brasil. Por serem majoritariamente negros e estrangeiros, muitos imigrantes relatam situações de exclusão social, estigmatização e tratamento desigual em diferentes espaços, incluindo o ambiente educacional. Essas experiências podem impactar negativamente a autoestima, o rendimento acadêmico e a

permanência dos estudantes nas instituições de ensino. O racismo estrutural presente na sociedade brasileira tende a reforçar desigualdades históricas e a dificultar a plena integração dos imigrantes, tornando necessária a implementação de ações educativas voltadas para a promoção da igualdade racial e do respeito à diversidade cultural (Almeida, 2019; Gomes, 2017).

As dificuldades socioeconômicas constituem outro fator que influencia diretamente a trajetória educacional dos estudantes haitianos. Muitos imigrantes chegam ao Brasil em condições de vulnerabilidade, enfrentando desafios relacionados ao acesso à moradia adequada, emprego estável e renda suficiente para garantir sua subsistência. Em diversos casos, estudantes precisam conciliar os estudos com longas jornadas de trabalho para contribuir com o sustento familiar, o que reduz o tempo disponível para atividades acadêmicas e aumenta o risco de evasão escolar. Além disso, a instabilidade econômica pode dificultar o acesso a materiais didáticos, transporte e recursos tecnológicos necessários para o processo de aprendizagem (Fernandes; Faria, 2017; Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2022).

Outro aspecto relevante está relacionado aos impactos emocionais decorrentes do processo migratório. Muitos estudantes haitianos vivenciaram situações traumáticas associadas a desastres naturais, perdas familiares, instabilidade política e dificuldades econômicas em seu país de origem. Somam-se a essas experiências os desafios de adaptação a um novo país, a saudade dos familiares que permaneceram no Haiti e a necessidade de reconstruir redes de apoio social. Esses fatores podem desencadear sentimentos de ansiedade, estresse e sofrimento psicológico, afetando diretamente o desempenho escolar e a qualidade de vida dos estudantes. Por essa razão, o suporte psicossocial oferecido pelas instituições de ensino torna-se essencial para favorecer a permanência e o sucesso acadêmico dessa população (Martins-Borges, 2013; Handerson, 2015).

Diante desse cenário, torna-se evidente que a inclusão educacional dos estudantes haitianos exige mais do que a garantia formal do acesso à escola e à universidade. É necessário desenvolver políticas e práticas que considerem as especificidades culturais, linguísticas, sociais e emocionais desses estudantes, promovendo ambientes educacionais acolhedores e comprometidos com a equidade. A superação dos desafios enfrentados pelos haitianos

depende da articulação entre poder público, instituições de ensino e sociedade civil, com o objetivo de assegurar condições efetivas para o exercício do direito à educação e para a construção de trajetórias acadêmicas bem-sucedidas (Candau, 2016; Almeida, 2019).

2.5 Estratégias para a inclusão educacional dos imigrantes haitianos

A inclusão educacional dos imigrantes haitianos exige a implementação de estratégias que ultrapassem o simples acesso às instituições de ensino, contemplando ações capazes de promover acolhimento, permanência e participação efetiva no processo educativo. Em um contexto marcado pela diversidade cultural e pelos desafios da mobilidade humana, as escolas e universidades assumem um papel fundamental na construção de espaços inclusivos e democráticos. Dessa forma, torna-se necessário desenvolver práticas educacionais que considerem as especificidades linguísticas, culturais e sociais dos estudantes haitianos, garantindo condições adequadas para seu desenvolvimento acadêmico e pessoal (Milesi; Andrade, 2018; Candau, 2016).

Entre as principais estratégias para a inclusão educacional destacam-se as políticas de acolhimento implementadas por escolas, universidades e órgãos públicos. Essas ações têm como objetivo facilitar a adaptação dos estudantes imigrantes ao novo contexto social e educacional, oferecendo suporte desde o momento da matrícula até sua permanência na instituição. O acolhimento envolve a orientação sobre direitos e deveres, o acompanhamento pedagógico, o apoio psicossocial e a mediação entre estudantes, famílias e comunidade escolar. Quando essas iniciativas são realizadas de forma planejada e contínua, contribuem significativamente para reduzir sentimentos de insegurança e exclusão, favorecendo a integração dos imigrantes ao ambiente educacional (Martins-Borges, 2013; Jubilit; Apolinário, 2018).

O ensino de português como língua de acolhimento constitui outra estratégia essencial para a inclusão dos estudantes haitianos. Diferentemente do ensino tradicional de língua estrangeira, essa abordagem busca atender às necessidades concretas de comunicação dos imigrantes em seu cotidiano acadêmico e social. O domínio da língua portuguesa possibilita uma participação mais ativa nas atividades escolares, fortalece as relações interpessoais e amplia o acesso aos serviços públicos e às oportunidades de trabalho. Além disso, o ensino da língua deve

respeitar os conhecimentos linguísticos já adquiridos pelos estudantes, valorizando o crioulo haitiano e o francês como parte de sua identidade cultural e de sua trajetória migratória (Amado, 2013; Grosso, 2010).

A formação intercultural de professores também se apresenta como um elemento indispensável para a construção de uma educação inclusiva. Muitos docentes não recebem, durante sua formação inicial, preparação específica para lidar com contextos marcados pela diversidade étnica, cultural e linguística. Como consequência, podem encontrar dificuldades para compreender as necessidades dos estudantes migrantes e desenvolver práticas pedagógicas adequadas à realidade multicultural das salas de aula. A formação intercultural busca justamente ampliar a sensibilidade dos educadores para as questões relacionadas às migrações, aos direitos humanos e à valorização das diferenças, contribuindo para a criação de ambientes educativos mais acolhedores e equitativos (Candau, 2016; Fleuri, 2003).

Além da capacitação docente, a valorização da diversidade cultural no ambiente educacional é fundamental para promover a inclusão dos estudantes haitianos. A escola deve ser compreendida como um espaço de convivência entre diferentes culturas, onde as identidades dos alunos sejam reconhecidas e respeitadas. Nesse sentido, a realização de atividades que valorizem a história, os costumes, as tradições e as manifestações culturais haitianas contribui para fortalecer o sentimento de pertencimento dos estudantes e para combater preconceitos e estereótipos. A promoção do diálogo intercultural favorece não apenas a integração dos imigrantes, mas também o enriquecimento das experiências educacionais de toda a comunidade escolar (Walsh, 2009; Gomes, 2017).

A construção de práticas pedagógicas inclusivas requer ainda o envolvimento das famílias e das comunidades migrantes no processo educativo. A aproximação entre escola e família possibilita uma melhor compreensão das necessidades dos estudantes e fortalece as redes de apoio social fundamentais para sua permanência nos estudos. Além disso, a participação da comunidade haitiana em projetos culturais, eventos escolares e atividades institucionais contribui para o reconhecimento da pluralidade cultural presente no espaço educacional e para a consolidação de relações baseadas no respeito mútuo e na cooperação (Oliveira; Silva, 2020; Milesi; Andrade, 2018).

Portanto, a inclusão educacional dos imigrantes haitianos depende da articulação de diferentes estratégias que promovam o acolhimento, a aprendizagem e a valorização da diversidade. Políticas institucionais eficazes, ensino de português como língua de acolhimento, formação intercultural de professores e reconhecimento das identidades culturais dos estudantes constituem elementos fundamentais para garantir uma educação comprometida com os princípios da equidade, da cidadania e dos direitos humanos. Ao investir nessas ações, as instituições educacionais contribuem não apenas para o sucesso acadêmico dos estudantes haitianos, mas também para a construção de uma sociedade mais justa, plural e inclusiva (Unesco, 2019; Candau, 2016).

2.6 Perspectivas para uma educação mais inclusiva

A construção de uma educação mais inclusiva para os imigrantes haitianos no Brasil depende do fortalecimento de políticas públicas capazes de garantir não apenas o acesso à escola, mas também condições efetivas de permanência e sucesso acadêmico. Embora avanços importantes tenham sido alcançados nas últimas décadas por meio da ampliação dos direitos dos migrantes, ainda existem desafios relacionados à implementação de ações específicas para atender às necessidades dessa população. Nesse sentido, torna-se fundamental que o Estado, em parceria com instituições educacionais e organizações da sociedade civil, desenvolva políticas que promovam a inclusão social, o respeito à diversidade e a redução das desigualdades que afetam os estudantes imigrantes (Jubilut; Apolinário, 2018; Milesi; Andrade, 2018).

O fortalecimento das políticas públicas voltadas à educação de imigrantes deve contemplar ações permanentes de acolhimento, acompanhamento pedagógico e suporte psicossocial. Além disso, é necessário ampliar investimentos em programas de formação docente, produção de materiais didáticos inclusivos e desenvolvimento de estratégias que favoreçam a integração dos estudantes estrangeiros ao ambiente escolar. Políticas educacionais sensíveis às questões migratórias contribuem para a construção de instituições mais preparadas para lidar com a diversidade cultural presente nas salas de aula contemporâneas. Dessa forma, a inclusão deixa de ser apenas um princípio legal e passa a constituir uma prática efetiva no cotidiano

educacional (Candau, 2016; Oliveira; Silva, 2020).

Outra perspectiva importante refere-se à ampliação do acesso e da permanência escolar dos estudantes haitianos. Embora o direito à matrícula esteja garantido pela legislação brasileira, diversos fatores ainda dificultam a continuidade dos estudos, como barreiras linguísticas, dificuldades econômicas e desafios relacionados à adaptação cultural. Para enfrentar essas questões, torna-se necessário fortalecer programas de assistência estudantil, concessão de bolsas, apoio ao transporte e iniciativas voltadas ao ensino da língua portuguesa. Essas medidas podem reduzir os índices de evasão escolar e assegurar que os estudantes tenham condições adequadas para concluir sua formação acadêmica e profissional (Silva, 2017; Cavalcanti; Oliveira; Macedo, 2021).

A promoção da equidade e da diversidade também representa um elemento central para a construção de uma educação inclusiva. Mais do que reconhecer as diferenças culturais, é necessário desenvolver práticas pedagógicas que valorizem a pluralidade de identidades presentes no ambiente escolar. A educação intercultural possibilita o diálogo entre diferentes grupos sociais, contribuindo para o combate ao preconceito, ao racismo e à xenofobia. Ao reconhecer as experiências, os saberes e as trajetórias dos estudantes haitianos, a escola fortalece o respeito mútuo e promove uma formação cidadã baseada nos princípios dos direitos humanos e da convivência democrática (Gomes, 2017; Walsh, 2009).

Nesse contexto, a valorização da diversidade cultural não beneficia apenas os estudantes imigrantes, mas toda a comunidade escolar. O contato com diferentes formas de pensar, viver e compreender o mundo amplia horizontes, favorece a construção de relações mais solidárias e prepara os indivíduos para atuarem em uma sociedade cada vez mais multicultural. A presença dos haitianos nas instituições de ensino contribui para enriquecer os processos educativos, estimulando reflexões sobre identidade, cidadania, inclusão e justiça social (Fleuri, 2003; Candau, 2016).

Além dos benefícios educacionais, os imigrantes haitianos têm oferecido importantes contribuições para a sociedade brasileira. Sua participação no mercado de trabalho, na vida comunitária e nos espaços culturais demonstra a capacidade de fortalecer o desenvolvimento econômico e social das regiões onde estão inseridos. Muitos haitianos atuam em setores essenciais da economia, enquanto outros

investem na qualificação profissional e na formação acadêmica, ampliando sua participação em diferentes áreas do conhecimento. Ao mesmo tempo, compartilham elementos de sua cultura, promovendo intercâmbios culturais que enriquecem a diversidade brasileira e fortalecem os valores da convivência intercultural (Handerson, 2015; Baeninger; Peres, 2017).

Dessa forma, as perspectivas para uma educação mais inclusiva estão diretamente relacionadas ao compromisso das instituições e da sociedade com a promoção da igualdade de oportunidades e do respeito às diferenças. O fortalecimento das políticas públicas, a ampliação do acesso e da permanência escolar, a valorização da diversidade cultural e o reconhecimento das contribuições dos imigrantes haitianos constituem caminhos fundamentais para a construção de um sistema educacional mais democrático, equitativo e alinhado aos princípios dos direitos humanos. Investir na inclusão educacional dos haitianos significa fortalecer não apenas a trajetória desses estudantes, mas também o desenvolvimento social e cultural da própria sociedade brasileira (Unesco, 2021; Jubilit; Apolinário, 2018).

3. METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica. Esse tipo de investigação possibilita a análise e interpretação de produções científicas já publicadas, contribuindo para a compreensão aprofundada do fenômeno da imigração educacional haitiana no Brasil e dos desafios enfrentados por essa população no contexto educacional.

Para a construção do trabalho, foram consultados livros, artigos científicos, documentos oficiais, legislações e relatórios produzidos por instituições nacionais e internacionais que abordam temas relacionados às migrações internacionais, direitos humanos, educação inclusiva e imigração haitiana. As fontes utilizadas foram selecionadas com base em sua relevância acadêmica e contribuição para a discussão do tema, permitindo a elaboração de uma análise crítica acerca do acesso à educação, das dificuldades enfrentadas pelos estudantes haitianos e das estratégias voltadas à sua inclusão educacional.

5. CONCLUSÃO

A imigração haitiana para o Brasil constitui um importante fenômeno social contemporâneo, marcado pela busca por melhores condições de vida, oportunidades de trabalho e acesso à educação. Nesse contexto, a educação destaca-se como um dos principais instrumentos de inclusão social, possibilitando aos imigrantes ampliar suas perspectivas de desenvolvimento pessoal, profissional e econômico.

Ao longo deste estudo, verificou-se que, apesar das garantias legais asseguradas pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Migração, os estudantes haitianos ainda enfrentam diversos desafios para sua plena inserção no sistema educacional brasileiro. Entre os principais obstáculos destacam-se as barreiras linguísticas, as dificuldades de adaptação cultural, o preconceito, a discriminação racial e as limitações socioeconômicas, fatores que podem comprometer a permanência e o desempenho acadêmico desses estudantes.

Observou-se também que iniciativas como políticas de acolhimento, ensino de português como língua de acolhimento, formação intercultural de professores e valorização da diversidade cultural desempenham papel fundamental na construção de ambientes educacionais mais inclusivos. Tais estratégias favorecem não apenas a integração dos estudantes haitianos, mas também o fortalecimento de uma cultura educacional baseada no respeito às diferenças e na promoção dos direitos humanos.

Conclui-se que a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva depende do fortalecimento das políticas públicas voltadas para a população migrante, da ampliação das oportunidades de acesso e permanência escolar e do compromisso das instituições educacionais com a equidade e a diversidade. Dessa forma, garantir a inclusão educacional dos haitianos significa contribuir para a formação de uma sociedade mais democrática, multicultural e socialmente justa.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.

AMADO, Rosane de Sá. O ensino de português como língua de acolhimento para refugiados e imigrantes. *Revista SIPLÉ*, v. 4, n. 2, p. 1-15, 2013.

BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta Guimarães. Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 34, n. 1, p. 119-143, 2017.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. *Institui a Lei de Migração*. Diário Oficial da União, Brasília, 25 maio 2017.

CANDAUI, Vera Maria Ferrão. **Educação intercultural: entre afirmações e desafios**. Petrópolis: Vozes, 2016.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de; MACEDO, Marília. *Imigração e refúgio no Brasil: Relatório Anual 2021*. Brasília: Observatório das Migrações Internacionais, 2021.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de; SILVA, Bianca G. *Relatório Anual 2022: Imigração e Refúgio no Brasil*. Brasília: Observatório das Migrações Internacionais, 2022.

COTINGUIBA, Geraldo Castro; PIMENTEL, Marília Lima. A imigração haitiana no Brasil: aspectos sociais e desafios da integração. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 27, n. 56, p. 71-88, 2019.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. *Cadernos de Pesquisa*, n. 116, p. 245-262, 2002.

FERNANDES, Duval; CASTRO, Maria da Consolação Gomes de. A migração haitiana para o Brasil: resultado da pesquisa no destino. *La Migración Haitiana hacia Brasil: características, oportunidades y desafíos*, Brasília: OIM, 2014.

FERNANDES, Duval; FARIA, Andressa Virgínia de. O visto humanitário como resposta à imigração haitiana no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 34, n. 1, p. 145-161, 2017.

FLEURI, Reinaldo Matias. Educação intercultural e formação de professores. *Educação & Sociedade*, v. 24, n. 85, p. 495-516, 2003.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.

GROSSO, Maria José dos Reis. Língua de acolhimento, língua de integração. *Horizontes de Linguística Aplicada*, v. 9, n. 2, p. 61-77, 2010.

HANDERSON, Joseph. *Diaspora: as dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

JUBILUT, Liliana Lyra; APOLINÁRIO, Silvia Menicucci O. **Migração, refúgio e direitos humanos no Brasil**. São Paulo: Quartier Latin, 2018.

MAGALHÃES, Giovanna Modé; SCHILLING, Flávia. Imigrantes e educação: desafios contemporâneos. *Pro-Posições*, v. 23, n. 2, p. 43-63, 2012.

MARTINS-BORGES, Lucienne. Migração involuntária como fator de risco à saúde mental. *REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 21, n. 40, p. 151-162, 2013.

MILESI, Rosita; ANDRADE, William César de. O acesso de migrantes e refugiados à educação no Brasil. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 26, n. 52, p. 135-152, 2018.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de; SILVA, Sidney Antônio da. Migrações internacionais e educação: desafios para a inclusão social no Brasil. *Travessia - Revista do Migrante*, n. 89, p. 55-72, 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). *La migración haitiana hacia Brasil: características, oportunidades y desafíos*. Brasília: OIM, 2014.

SEITENFUS, Ricardo. *Haiti: dilemas e fracassos internacionais*. Ijuí: Unijuí, 2014.

SILVA, Sidney Antônio da. Imigração haitiana e educação: desafios para a inclusão social no Brasil. *Travessia - Revista do Migrante*, n. 80, p. 67-84, 2017.

UNESCO. *Global Education Monitoring Report: Migration, displacement and education*. Paris: UNESCO, 2019.

UNESCO. *Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação*. Paris: UNESCO, 2021.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial. *Educação e Sociedade*, v. 30, n. 107, p. 13-40, 2009.